



4370 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)  
GT06 - Educação Popular

A LUTA DO POVO DE ALAGAMAR? (1975 - 1980) COMO UM ESPAÇO DE PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO POPULAR

Gildivan Francisco das Neves - UFPB - Universidade Federal da Paraíba

Severino Bezerra da Silva - UFPB - Universidade Federal da Paraíba

Agência e/ou Instituição Financiadora: Capes

O presente artigo trata-se de uma breve apresentação dos resultados de uma pesquisa de mestrado que versou a respeito de um movimento social do campo denominado de "Luta do Povo de Alagamar" e tem por objetivo apresentar alguns indícios de Educação Popular nas práticas de resistências empreendidas pelos trabalhadores rurais partícipes do referido movimento social. Percebemos que as ações de resistência, bem como os espaços de reuniões apresentam elementos de Educação Popular ao passo em que a partir do diálogo e da problematização da realidade local, buscava-se a transformação e o anúncio de uma nova realidade para os moradores de Alagamar, caracterizada pela continuidade na referida comunidade rural.

Palavras - chave: Educação Popular; Movimentos Sociais do Campo; Luta do Povo de Alagamar.

## INTRODUÇÃO

Pensar o campo, no Brasil, é remeter a um território marcado pela eclosão de movimentos sociais pautados na busca pela posse ou permanência em um espaço em que possam desenvolver as suas sociabilidades e atividades trabalhistas. Tal fato decorre, dentre outros elementos, da própria estrutura fundiária a partir da qual o Brasil foi construído, caracterizada pela concentração de terras e a negação destas a uma parcela significativa da sociedade. De acordo com Batista (2006, p.124) "[...] Isto denota que a resistência dos povos oprimidos e despossuídos esteve presente ao longo da história brasileira [...] e é um dos elementos da identidade política do povo brasileiro". No entanto, tais trajetórias de resistência, em muitos casos, não são visibilizadas pela historiografia oficial, sendo legadas ao esquecimento ou silenciamento.

Concordamos com a compreensão de que "[...] Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens" (LE GOFF, 2012, p. 457). De tal modo, pensamos ser importante trazer à tona tais memórias de resistência de maneira a construir uma História que não é feita apenas pelos ditos "grandes nomes", mas que adentra aos espaços do cotidiano, as vivências e experiências de segmentos sociais historicamente excluídos.

Nesse sentido, o presente resumo expandido se debruça sobre um movimento social do campo, a "Luta do Povo de Alagamar", ocorrido entre os anos 1975 - 1980, na comunidade rural de Alagamar, situada entre os municípios de Salgado de São Félix e Itabaiana, na Paraíba, especificamente, com o objetivo de apresentar alguns indícios de Educação Popular nas práticas de resistências empreendidas pelos trabalhadores rurais partícipes do referido movimento social. As reflexões apresentadas terão por base uma pesquisa de mestrado que resultou em uma dissertação defendida no ano de 2014.

## DESENVOLVIMENTO

Dentre os diversos cenários que tiveram o campo como espaço de resistência por parte dos trabalhadores rurais, a Paraíba possui um lugar de destaque se pensarmos, por exemplo, a amplitude adquirida pelas Ligas Camponesas que, surgidas no Pernambuco, chegaram a Paraíba a partir da cidade de Sapé e se espalham por diversos municípios do Estado (TARGINO; MOREIRA; MENEZES, 2011), bem como a eclosão de outros movimentos sociais que questionaram a estrutura agrária e as relações trabalhistas que estavam estabelecidas, como a "Luta do Povo de Alagamar".

No contexto dos anos 1970, Alagamar era constituída por cerca de 13.000 hectares e neste espaço residiam 700 famílias na condição de foreiros, conforme o Informativo Arquidiocesano n 83 de 1980. Porém, no ano de 1975 com a morte do antigo proprietário das terras, Arnaldo Maroja, estas passam a ser postas a venda e os moradores ameaçados de expulsão das terras em que muitos destes tinham nascido, crescido e construído suas relações de sociabilidade. Mediante as vendas das terras "[...] começou A LUTA DO POVO; PORQUE OS NOVOS PROPRIETÁRIOS ESTAVAM DESPEJANDO MUITA GENTE" (INFORMATIVO ARQUIDIOCESANO, 1980, p. 1, grifos do autor). Tem início, então, um período marcado por tensões em Alagamar, mas, sobretudo, pelo empreendimento da organização dos moradores em um coletivo, de ações de resistências por parte dos trabalhadores rurais que agenciaram, em seus cotidianos, objetivando a permanência na localidade.

A respeito do início do processo de organização dos trabalhadores rurais de Alagamar para resistir frente às ameaças de expulsão, podemos perceber alguns elementos, nos versos de cordel que seguem, escritos por um morador da comunidade rural. Para o cordelista "[...] Num pagamento de foros/ Surgiram alguns desaforos/ Foi um descontentamento/ Final de setenta e seis/ Primeira reunião/ De sete agricultores/ Criou-se uma comissão" (FAUSTINO, 2013, p. 1 - 2). Percebemos, então, o momento posterior ao episódio do pagamento de foro mencionado como um instante a partir do qual os trabalhadores rurais de Alagamar começaram a construir o sentimento de partícipes

de um grupo que estava exposto as mesmas situações desafiadoras, bem como que para enfrentar tal contexto, era preciso a sistematização de uma ação coletiva, o que pode ser aferido a partir da construção da primeira comissão formada por sete moradores.

De acordo com Thompson (1987, p. 12) “A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história”. Assim, articulando a compreensão de classe do autor com o exposto acerca da eclosão do movimento social em comento, pensamos que a partir de um elemento em comum (a ameaça da expulsão da propriedade rural), uma parcela dos trabalhadores rurais de Alagamar foi se percebendo enquanto partícipes de um grupo, se constituindo enquanto “classe” que precisava reivindicar os seus direitos, tendo em vista que a permanência nas terras possuía um significado para além de uma questão econômica, trabalhista, mas remetia, também, a compreensão da localidade como seus espaços de referência, de pertencimento. Este elemento pode ser percebido nos versos que seguem: “Depois de várias prisões/ Muita gente machucada/ [...] Massacre e torturação/ Por capataz e o patrão/ Querendo nos expulsar/ *Nascemos aqui para ficar/ Deus nos deu cobertura/ É essa a lembrança pura/ Da luta de Alagamar*” (GONÇALVES, 2013, p. 8, grifo nosso).

O trecho elucidado além de fornecer aspectos a respeito do clima de tensão e repressão instaurado na comunidade rural *lôcus* do movimento social, nos permite atentar para o sentimento de pertença evidenciado pelo cordelista em relação ao território. Assim, nos remetemos à compreensão de que “[...] Os sujeitos que dependem da terra para viver sentem nela um espaço de vida, de identidade. A terra é fonte de vida” (BATISTA, 2006, p. 132). Na mesma perspectiva, para Pereira (2009, p. 142) “Para o camponês, a terra é fonte de vida. Há uma relação intrínseca do homem do campo com a terra e seus frutos”. Permanecer em Alagamar remetia, assim, a continuidade dos trabalhadores rurais em seus “espaços de vida”.

Assim, perpassados pelo desejo de permanecer na localidade, os homens e mulheres de Alagamar passam a buscar auxílio jurídico, orientações, junto a segmentos tais como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura - FETAG, o que pode ser percebido nos versos que seguem:

*Criou-se uma comissão/ Que foi falar na FETAG/ Pra encaminhar para a CONTAG/ Nossa reivindicação/ O Senhor Álvaro Diniz/ O diretor presidente/ Atendeu os sete irmãos/ Que foram fazendo a frente/ E disse aos agricultores? Os que sofrem esses horrores/ Mande aqui falar com a gente/ Com a chegada dos sete/ Que foram à federação/ Cresceu o entusiasmo/ Fizemos uma reunião/ Cada um contribuente/ Dessa vez já forma vinte/ Com a reivindicação/ Chegamos lá na FETAG/ Juntos ao Doutor Geriz/ Ele o acessor jurídico/ Ilibado igual a juiz/ Ensinou os nossos direitos/ Que votam satisfeitos/ Cada um muito feliz* (FAUSTINO, 2013, p. 3, grifo nosso).

O trecho possibilita visualizar os primeiros momentos de busca de apoio externo a comunidade rural por parte dos moradores, bem como reforça o exposto anteriormente no que toca a como os trabalhadores rurais foram construindo o pertencimento ao grupo, ao coletivo. Segundo o cordelista, o primeiro grupo formado por sete pessoas, passa a contar com vinte, número que foi sendo multiplicado no decorrer do desenrolar das ações. Como ressalta Silva (2003), no decorrer da ação, os partícipes de movimentos sociais do campo, vão percebendo que a conquista da posse da terra é possível, o que contribui para a construção do sentimento de grupo, de identificação com o coletivo que luta por uma causa comum. Delineia – se, também, uma aprendizagem dos direitos a partir do qual os trabalhadores rurais agenciam e constroem as suas estratégias de resistência, conforme pode ser observado no trecho grifado na citação anterior. No caso da “Luta do Povo de Alagamar” a construção do coletivo, das estratégias de resistência e a aprendizagem dos direitos, resultaram na permanência dos trabalhadores rurais na comunidade rural, mediante a desapropriação de parte do território.

Interessou-nos na dissertação a que fizemos menção na Introdução, principalmente, direcionar olhares para as práticas de resistência empreendidas pelos trabalhadores rurais de maneira a perceber nestas, aspectos que se aproximam de práticas em Educação Popular. Tratou – se, metodologicamente, de uma pesquisa situada em uma abordagem qualitativa, no campo da História Oral em sua modalidade temática e, também, na pesquisa documental em fontes como cordeis escritos por dois partícipes do movimento social, jornais impressos, o Informativo Arquidiocesano n 82 de Janeiro/Fevereiro de 1980, a Quinta Carta Pastoral de Dom José Maria Pires e fotografias. A seguir, apresentamos algumas das aproximações que foram percebidas a partir da leitura de tais fontes.

## **ALGUNS RESULTADOS**

Mediante a nova contextura vivenciada em Alagamar a partir de 1975, os trabalhadores rurais em diálogo com órgãos como a FETAG, a CONTAG, dentre outros, e, também, com um segmento católico relacionado à Teologia da Libertação, principalmente, a partir da presença de Dom José Maria Pires, elaboraram estratégias de resistência como a expulsão dos gados que eram soltos nas plantações dos moradores ou o plantio de roçados. Tais estratégias eram delineadas durante as reuniões que, de acordo com os relatos orais coletados no decorrer da pesquisa, ocorriam em espaços diversos desde a casa dos moradores ou até mesmo nas sombras das árvores e, também, em cidades como João Pessoa e Lagoa Seca – PB. Contavam, em algumas ocasiões, com a presença de religiosos relacionados ao segmento católico anteriormente mencionado e se configuravam como espaço de problematização e reflexão acerca da realidade vivenciada e como momento de conhecimento, também, de situações semelhantes que estavam sendo vividas por trabalhadores rurais em outras comunidades rurais, o que contribuía para delimitar quais seriam as próximas ações empreendidas no movimento social. Isto foi observado nos depoimentos, quando os entrevistados destacavam que outros trabalhadores rurais dirigiam-se para Alagamar com o intuito de aprender ou ensinar a respeito dos contextos de luta que estavam sendo vivenciados.

De acordo com Novaes (1985, p. 218, grifos do autor) “O ano de 1980, inicia-se com Alagamar em ‘estado de sítio’, os agricultores proibidos de fazer reunião, o acesso a ‘pessoas estranhas’ é impedido com a presença de pistoleiros e policiais”. Pensamos que tal proibição dava-se na tentativa de tentar desarticular o movimento social, tendo em vista que as reuniões e o diálogo com agentes externos a localidade eram significativos para o seu andamento. Visualizamos nas reuniões um espaço de empreendimento de práticas educativas que se aproximam da perspectiva da Educação Popular ao passo em que a partir do diálogo acerca da realidade na qual estavam inseridos, os trabalhadores de Alagamar construíam problematizações e organizavam estratégias de resistências que contribuíam para o anúncio de uma nova realidade que se deseja instaurar. Analisando os jornais pesquisador, observamos que ações de resistência empreendidas no cotidiano como a expulsão do gado dos roçados dos trabalhadores eram tomadas como uma situação geradora de problematizações e de conscientização a respeito do que era vivenciado na comunidade rural. Assim, tais momentos de diálogo e as ações de resistência empreendidas contribuía para uma aprendizagem dos direitos e para um desvelar das relações políticas de dominação a partir das quais a sociedade brasileira foi constituída. Partimos da compreensão de que

O que justifica a Educação Popular é o fato de que o povo, no processo de luta pela transformação popular, social, precisa elaborar o seu

próprio saber... Estamos em presença de atividades de educação popular quando, independentemente do nome que levem, se está vinculado a aquisição de um saber (que pode ser muito particular ou específico) com um projeto social transformador. A educação é popular quando, enfrentando a distribuição desigual de saberes, incorpora um saber como ferramenta de libertação nas mãos do povo. (BRANDÃO, 2012, p. 93).

Pensamos que as práticas de resistência empreendidas em Alagamar eram educativas e se aproximavam da Educação Popular ao passo em que possuíam o compromisso com a libertação dos oprimidos (no caso, trabalhadores rurais foreiros ameaçados de expulsão das terras), a denúncia de suas situação e o anúncio de outra realidade construída dialogicamente e tendo como protagonistas os homens e mulheres moradores da comunidade rural. Para Rocha (2004, p. 51 – 52) “[...] A ênfase dos trabalhos de educação popular está na reflexão e no debate crítico sobre a realidade existente, visando desenvolver as potencialidades dos participantes enquanto sujeitos da transformação de suas vidas e da coletividade”.

## Referências

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. O campo como território de conflitos, de lutas sociais e movimentos populares. In: SCOCUGLIA, Afonso Celso; JEZINE, Edineide. **Educação Popular e Movimentos Sociais**. João Pessoa: Editora Universitária, 2006. p. 123 – 165.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

FAUSTINO, Severino Izidro. **A História de Alagamar em Cordel**. 2013. [Folheto de Cordel].

GONÇALVES, Expedito Francisco. **A Luta de Alagamar contada pelo poeta Expedito**. 2013. [Folheto de Cordel].

INFORMATIVO ARQUIDIOCESANO. **A Luta do Povo de Alagamar**. n 83, Jan./Fev., 1980.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad: Bernardo Leitão [et.al]. 6 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

NOVAES, Regina Célia R. A questão agrária e o papel da Igreja na Paraíba. In: PAIVA, Vanilda (Org.). **Igreja e a Questão Agrária**. São Paulo: Loyola, 1985.

PEREIRA, Antônio Alberto. **Pedagogia do Movimento Camponês na Paraíba**: das ligas aos assentamentos rurais. João Pessoa: Ideia / Universitária, 2009.

ROCHA, Regina Helena Sizenando. Educação Popular: uma introdução ao debate. In: BEOZZO, José Oscar. **Educar para a Justiça, Solidariedade e a Paz** - Curso de Verão ano XVIII. São Paulo: Paulus, 2004.

SILVA, Severino Bezerra da. **Assentamentos Rurais**: territórios de conflitos e sociabilidade camponesa (Um estudo de caso no município de Araruna – PB). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003. [Tese de Doutorado].

TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emilia; MENEZES, Marilda. As Ligas Camponesas na Paraíba: um relato a partir da memória dos seus protagonistas. **Ruris**, v. 5, n. 1, p.83 – 117, mar. 2011. Disponível em:<<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/962>>. Acesso em: 1 set. 2018.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Trad. Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.